



Anais da Assembléia

Nº 008

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios.

Sob os números DTL/176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200 e 201/81, 02 e 03/82, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei e Projeto de Lei Complementar, sob os seguintes números:

103/81 — Do Sr. Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE UMUARAMA, com sede e foro na cidade de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o número 7541. — **Anote-se. Arquivo-se.**

23/81: — Do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a CRECHE ANA LOPO CANET, com sede e foro na cidade de Congoinhas, o qual convertido em Lei tomou o número 7542. — **Anote-se. Arquivo-se.**

163/80: — Do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE TOLEDO — FUNESTE, o qual convertido em Lei tomou o número 7543.

Anote-se. Arquivo-se.

74/81: — Do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que prorroga por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no artigo 30 da Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, o qual convertido em Lei tomou o número 7544. — **Anote-se. Arquivo-se.**

139/81: — Do Poder Executivo, anteprojeto de lei que dispõe a APLICAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS de que trata a Lei 7424, de 17/12/80, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, do Quadro Próprio de Pessoal da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, o qual convertido em Lei tomou o número 7545. **Anote-se. Arquivo-se.**

129/81: — Do Poder Executivo, que objetiva aumentar os vencimentos dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7546. — **Anote-se. Arquivo-se.**

79/81: — Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, do imóvel que constitui as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e a adotar outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7548. **Anote-se. Arquivo-se.**

38/80. — Do Sr. Deputado Jurandir Messias, que cria o Município de JUREMA, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7549. — **Anote-se. Arquivo-se.**

93/81: — Do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que altera a Lei 6407, de 11 de junho de 1973 — FUNDAÇÃO IPARDES, o qual convertido em Lei tomou o número 7550. **Anote-se. Arquivo-se.**

30/80: — Do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, que cria o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7551. — **Anote-se. Arquivo-se.**

95/81: — Do Sr. Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBARÁ, com sede na cidade de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o número 7553. — **Anote-se. Arquivo-se :**

98/81: — Do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o MOVIMENTO ECOLÓGICO OS FILHOS LIVRES DA NATUREZA, com sede na cidade de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o número 7554. — **Anote-se. Arquivo-se :**

86/81: — Do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública o INSTITUTO DA IGREJA SÃO CARMELLO DIVINO, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7555. — **Anote-se. Arquivo-se :**

92/81: — Do Sr. Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o SINDICATO RURAL DE JATAIZINHO,

com sede no Município de Jataizinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7.556. — **Anote-se. Arquivo-se.**

22/81: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que cria o DISTRITO ADMINISTRATIVO DE SANTA RITA D'OESTE, no Município de Terra Roxa, conforme os limites a confrontações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.562. — **Anote-se. Arquivo-se.**

32/80. Dos Senhores Deputados Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Gemote Gilberto Kirinus, que criam o Município de Missal, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.566. — **Anote-se. Arquivo-se.**

12/81: Dos Senhores Deputados Edilson Alencar, David Cheriegate, Florivaldo Palácios, Gabriel Manoel, Adalberto Daros, Dácio Leonel de Quadros, José Tavares, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Luiz Alberto Martins de Oliveira, Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Antônio Facci, Ezequias Losso, Tércio Albuquerque, Augusto Carneiro, Jurandir Messias, José Lázaro Dumont, Del Ciel, Wilson Fortes, Quielse Crisóstomo da Silva, Francisco Escorsin, João Elísio e Carlos Zanlorenzi, que declaram de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro na respectiva cidade, o qual convertido em Lei tomou o número 7.563. — **Anote-se. Arquivo-se.**

17/81: Do Senhor Deputado DEL CIEL, que revoga o artigo 2.º da Lei n.º 6.697, de 23/07/75, Norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.565. — **Anote-se. Arquivo-se.**

96/81: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que denomina RODOVIA ÍTALO ORCELLI a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à cidade de Pérola, PR-458, o qual convertido em Lei tomou o número 7.564. — **Anote-se. Arquivo-se.**

166/81. Do Poder Executivo, que transforma a gratificação da Produtividade de que trata o artigo 1.º da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, em Verba de Representação para os Membros do Ministério Público em consequência passar para 50% sobre vencimentos Procurador Geral da Justiça, o qual convertido em Lei tomou o número 7.561. — **Anote-se. Arquivo-se.**

165/81. Do Poder Executivo, que inclui no anexo I, Grupo Profissional, da Lei n.º 7.424, de 17/12/80, a categoria funcional de Assistente de Engenharia, padrão I, código P-18, com oito (8) cargos, o qual convertido em Lei tomou o número 7.560. — **Anote-se. Arquivo-se.**

160/81: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar dígito de fiança nos empréstimos que virem a ser construídos pelo BANESTADO S/A, com o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, da Cia de SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, o qual convertido em Lei tomou o número 7.559. — **Anote-se. Arquivo-se.**

161/81: Do Poder Executivo, que revoga do inciso IX e X, do Artigo 3.º da Lei n.º 6.364, de 29/12/72 (Lei Orgânica do ICM), o qual convertido em Lei tomou o número 7.558. — **Anote-se. Arquivo-se.**

32/81: Do Senhor Deputado Airton Cordeiro, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de

Imprensa e seus auxiliares nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7.557. — **Anote-se. Arquivo-se.**

138/81: Do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, o qual convertido em Lei Complementar tomou o número 13. — **Anote-se. Arquivo-se.**

164/81: Do Poder Executivo, que cria a Carteira da Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, instituindo Valor de Referência de Custas e altera dispositivos da Lei n.º 6.149, de 09/12/70, bem como adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.567. — **Anote-se. Arquivo-se.**

78/81: Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.569. — **Anote-se. Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 141/81, de sua autoria, que visa declarar de utilidade o Clube de Proteção ao Menor e Previdência.

Requer, outrossim, tendo em vista já haver recebido parecer favorável da CCJ, a inclusão na Ordem do Dia do referido projeto para a próxima sessão.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na data de hoje, nesta Capital, do Senhor EMÍLIO MATIOLLI, deixando viúva a Senhora Lourdes Zanellato Matioli.

Tal passamento vem de consternar a sociedade paraense, tendo em vista que o extinto comerciante e filho de família tradicional do Paraná, pessoa das mais relacionadas.

Requer, ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições legais, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. BOHDAN HLADU, ocorrido na noite de ontem, nesta cidade.

O falecido exerceu na cidade de Campo Mourão, nos últimos anos, a gerência das sucursais dos jornais "O Estado do Paraná" e "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de voto de louvor ao Sr. Dr. KIT

ABDALA, Superintendente do I.P.E., pela recente medida tomada em favor do funcionalismo estadual, não mais necessitando pagar os 30% do valor dos exames elaborados por aquele órgão previdenciário.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Dr. KIT ABDALA na Superintendência do I.P.E.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, o encaminhamento de sugestão consubstanciada em veemente apelo ao Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida Neto, no sentido de viabilizar a construção de uma Estação Rodoviária na cidade de Guaratuba.

Nosso apelo encontra ampla justificativa, se considerarmos que hoje Guaratuba situa-se entre os nossos principais balneários e de ano para ano, a par do crescente desenvolvimento demográfico, aumenta consideravelmente a demanda de veranistas particularmente durante as temporadas de verão. A essa circunstância associa-se o fato de que grande parte dos veranistas, tendo em vista o aumento nos preços dos combustíveis, estão se utilizando de ônibus para se dirigirem àquele Balneário, tendo como consequência o expressivo aumento de passageiros, ocasionando evidentemente, o desconforto aos usuários em virtude da falta de uma estação rodoviária adequada e à altura do progresso de Guaratuba.

Estamos certos de que o Senhor Secretário dos Transportes acolherá com simpatia esse nosso apelo e que medidas concretas serão adotadas nesse sentido e assim num futuro bem próximo a população de Guaratuba, quer a fixa como a flutuante, verá materializada essa antiga reivindicação que, face ao acima exposto toma-se cada vez mais premente.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Família Alves de Almeida, da cidade de Conselheiro Mairinck, neste Estado, externando votos de pesar pelo falecimento da Senhora DORVALINA ALVES DE ALMEIDA.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato, de que a Senhora DORVALINA ALVES DE ALMEIDA, foi uma das pioneiras na fundação da cidade e município de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, e com seu falecimento, Conselheiro Mairinck perde uma Senhora batalhadora, pessoa dedicada à família e principalmente ao desenvolvimento daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada à Família Souza Santos, da cidade de Abatiá, Paraná, externando votos de pesar pelo falecimento da Senhora RITA DE SOUZA SANTOS.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato que a Senhora RITA DE SOUZA SANTOS, foi uma das pioneiras na fundação da cidade de Abatiá - Paraná, e com seu falecimento Abatiá, perde uma Senhora batalhadora, pessoa dedicada à

à família e principalmente ao desenvolvimento daquele município, e de grande atuação na área de assistência social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de requerimento ao Excelentíssimo Governador Ney Braga e ao Secretário das Finanças, Edson Neves Guimarães, solicitando seja concedida anistia para as pequenas e médias empresas paranaenses, sobre MULTAS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE INCIDEM NOS PARCELAMENTOS DO ICM, CONTABILIZADOS NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A situação das pequenas e médias empresas brasileiras é muito grave. A penalização do setor, decorrente da política econômica executada, onde o sistema financeiro asfixia pelas altas taxas de juros as atividades produtivas, vem esmagando os núcleos representados pelas médias e pequenas empresas, com graves consequências sociais, já que 87% dos empregos gerados na sociedade econômica nacional tem nelas o seu principal agente.

Por tudo isso e tendo em vista que o Governo Federal anistiou as multas e respectiva correção monetária dos débitos fiscais e, também, estendendo a resolução para os débitos de valor inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), numa medida de amplo sentido econômico e social.

No Paraná, a situação das pequenas e médias empresas não é diferente do que acontece no restante do País. Vivem mergulhadas numa espiral de dificuldades. Daí solicitarmos a anistia de multas, juros e correção monetária dos débitos das empresas paranaenses referente ao ICM, até dezembro de 1981.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido Plenário, seja enviado ao Senhor Dr. JOSÉ CARLOS CARVALHO, expediente externando votos de aplausos por ter sido eleito Presidente da ALLADA: Associação Latino Americana de Distribuidores de Automóveis.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato do Senhor Dr. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, em recente reunião na Capital de São Paulo com todos os representantes da América Latina, ser eleito Presidente da ALLADA: Associação Latino Americana de Distribuidores de Automóveis e com suas empresas tem dado grande desenvolvimento ao Estado do Paraná, levando o nome de nosso Estado na área internacional, orgulhando o povo paranaense e principalmente o Norte Pioneiro e sua cidade natal de Santo Antônio da Platina, deixando ensinamentos de bom senso aos platineses e a todo povo de nosso Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 13/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar terreno com área de 635,50 metros quadrados, medindo 20,50 metros de frente para a Rua Engenheiro Von Wronski, por 31,00 metros de fundos, constituindo o lote n.º 7, da Quadra "O", do Quadro Urbano da sede do Município de Santa Amélia, contendo uma casa de madeira, a Benedita Maria de Castro, ocupante do mencionado imóvel desde 1963.

Parágrafo único — a presente doação far-se-á mediante

cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O terreno que se pretende doar vem sendo ocupado desde 1963 por Benedita Maria de Castro, pessoa extremamente pobre conforme a documentação anexa.

O projeto se afina com a política oficializada através de recente legislação, tendente a conferir a propriedade de imóveis públicos aos seus posseiros carentes.

PROJETO DE LEI N.º 14/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada “ESCOLA ALFREDO MOISÉS MALUF” a unidade escolar localizada no conjunto Hermann Morais Barros, na sede do Município de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Alfredo Moisés Maluf é um dos pioneiros de Maringá. Desde 1947, ali radicou-se primeiramente explorando o negócio de Posto de Gasolina até constituir a sólida empresa de hoje: Maluf S.A..

Cidadão extremamente afável, transformou o seu estabelecimento num marco histórico da cidade de Maringá. Pelos serviços prestados a todos quantos procuravam a nova terra, o Posto de Alfredo Moisés Maluf já era uma referência geográfica e graças a esse trabalho contribuiu efetivamente para atrair e fixar centenas de famílias na futura metrópole.

Sua contribuição, no entanto, se fez mais sensível na luta pela emancipação político-administrativa de Maringá, quando pertencia ao Município de Mandaguari. Colaborou para a edificação da Catedral, participou da Fundação do Rotary Clube, da Associação Comercial e Industrial, da qual foi presidente, e do Lar dos Velhinhos.

E ainda prossegue doando-se à sua terra de eleição, com sua presença otimista, sua imagem respeitável, sua coragem férrea.

Por ser um patrimônio moral de Maringá, pela importância que tem na sua História, pelo passado de glória que encarna, Alfredo Moisés Maluf é credor de muito mais do que a inscrição do seu nome em uma das nossas escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O cooperativismo no Estado do Paraná de uma existência bastante recente, obteve, nos últimos dias, uma vitória de projeção nacional: a Diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, destinada às cooperativas brasileiras. o BNCC é um órgão controlado pelo Governo Federal, que nomeia o seu Presidente e três diretores e que engloba 54% das ações ordinárias, enquanto que as cooperativas brasileiras têm 46% no capital acionário do BNCC.

E não é o conjunto de cooperativas do Paraná que possui maioria nas ações do BNCC. Esta maioria está concentrada nas cooperativas do Rio Grande do Sul, que, ultimamente, tem feito sempre o Diretor que compete ao cooperativismo nesta instituição bancária. Neste ano, no entanto, o Paraná resolveu lançar um seu candidato, e, numa ampla mobilização local, con-

seguiu aglutinar em torno do nome do engenheiro agrônomo Benjamin Hemer Schmidt, todas as cooperativas paranaenses. E o movimento que surgiu aqui, ganhou corpo nacional e várias adesões foram dadas ao candidato apresentado pelo Paraná. Competindo com o candidato do Rio Grande do Sul, Estado que eu repito, tradicionalmente elege o diretor das cooperativas no BNCC.

E a vitória paranaense, é que nós queremos exaltar nesta hora, não só pelo poder que encontra o cooperativismo agropecuário no Paraná nos dias de hoje, mas, como pela figura que foi eleita para a diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Benjamin Hemer Schmidt, que já deu a sua contribuição à Cooperativa Bom Jesus, no Município da Lapa, que, recentemente, foi Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, a OCEPAR, que mais recentemente ocupou um cargo de Diretor na Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB — e que agora, conquista para o Paraná, uma diretoria desta que é a instituição mais importante para o sistema cooperativo em nosso País.

São 22 anos e um trabalho intenso de Benjamin Hemer Schmidt, atendendo ao produtor desde 1960, quando iniciou a sua atividade como agrônomo em União da Vitória. E felizes ficamos, porque pudemos em certa época de nossa vida profissional acompanhar na Secretaria da Agricultura, como membro da equipe do Secretário José Cassiano, pudemos acompanhar a implantação dos projetos mais importantes para o fortalecimento do cooperativismo em nosso Estado.

E esses resultados estão sendo obtidos, gradativamente, e o Paraná consegue a sua afirmação dentro do sistema cooperativo nacional, ganhando esta eleição por uma margem bastante larga, uma vitória insofismável, pois que o nosso candidato obteve três milhões, cento e setenta mil e duzentas e duas ações a seu favor — o voto é por ação — enquanto que o candidato do Rio Grande do Sul, obteve um milhão, novecentos e dezesseis mil e cento e quarenta e cinco ações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à mesa um requerimento dirigido a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado e ao Secretário das Finanças, encarecendo mais uma vez, — se não me falha a memória pela quarta vez, que o Governo conceda anistia fiscal às pequenas e médias empresas paranaenses sobre multas, juros e correção monetária que incidem nos parcelamentos do ICM; caso contrário o Judiciário não terá nem tempo, nem espaço físico, para atender ao espantoso volume de execuções fiscais. 80% das médias, pequenas empresas do Paraná estão às portas da falência; à beira do precipício.

Acentuamos neste requerimento que a situação destas empresas, a nível nacional, é muito grave. A penalização do setor, decorrente da política econômica executada, onde o sistema financeiro asfixia, pelas altas taxas de juros, as atividades produtivas, isto vem esmagando os núcleos representados pelas médias e pequenas empresas, com graves consequências sociais, já que 87% dos empregos gerados na sociedade econômica nacional têm, nestas pequenas empresas, seu principal agente.

É uma luta nossa, antiga, aqui na Assembléia e a gente sempre renova o apelo através de requerimentos, — porque a matéria não comporta evidentemente um projeto de lei, mas aqui no Paraná pudemos constatar que a situação das pequenas e médias empresas não é diferente do que acontece no restante do País. Elas vivem mergulhadas numa espiral de dificuldades.

Por tudo isto e tendo visto que, segundo a imprensa, o Governo Federal anistiou as multas e respectiva correção monetária dos débitos fiscais e também estendeu a resolução para os

os débitos de valor inferior a doze mil cruzeiros, numa medida de amplo alcance econômico-social, em função disso é que estamos solicitando, mais uma vez, que o Excelentíssimo Governador Ney Braga conceda anistia dos débitos até dezembro de 1981.

Somente num levantamento que realizamos em Londrina e que abordamos no ano passado desta tribuna, só no Fórum de Londrina temos um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros em execuções, sendo que deste total apenas quatrocentos milhões de ICM não recolhido; o restante de multas, de juros e, principalmente, da maldita correção monetária.

Mais um apelo que fazemos e esperamos encontrar a sensibilidade necessária no Governador do Estado, no Secretário de Finanças, no sentido de estender a mão e amparar as médias e pequenas empresas paranaenses. O Governo, ao dar anistia, não perde nada. Ao anistiar as multas, juros e correção monetária, impede também que se acentue ainda mais neste Estado o fantasma do desemprego. É este o apelo que fazemos da tribuna na tarde de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Um governo centralizador, que se caracteriza pelo mandonismo e pelo personalismo extremado, acaba transmitindo o vírus do despotismo também ao pessoal do segundo e do terceiro escalões. O pior é que as atitudes arbitrárias têm o inteiro apoio da autoridade máxima no Estado, Sr. Ney Braga, justamente porque condizem com o seu próprio temperamento e com o seu estilo de trabalho.

Destaca-se, entre esses chefetes, o Sr. Cláudio Miguel Diniz, que, em má hora, foi colocado à frente do Departamento de Digitação da COPEL. Conseguiu ele, em sua malfadada gestão, a antipatia generalizada dos funcionários, em virtude do tratamento que lhes dispensa.

As proibições, naquela repartição, são inúmeras e ridículas. Desrespeitam os direitos fundamentais do homem, porque os funcionários são tratados como animais irracionais, em regime de escravidão. Os métodos de controle e de policiamento fazem lembrar os métodos implantados pelo nazismo na Alemanha de antes da II Guerra Mundial. Toda a liberdade foi tolhida, e cada funcionário é vigiado, como se fosse um malfetor, a cumprir pesadas penas em penitenciária.

Uma das proibições que mais revoltam é a de não permitir-se que o pessoal do Departamento de Digitação da COPEL telefone, ou que receba recados telefônicos. O excessivo zelo do Sr. Cláudio Miguel Diniz tem prejudicado consideravelmente os seus subalternos, rebaixados à condição de meninos de escola primária, sem noção de responsabilidade individual. E as consequências, nefastas, de tão excessivo zelo não se fazem esperar.

O clima de terror se agravou no Departamento de Digitação com o sentimento de justa revolta que se apossou de todos os funcionários, em virtude de lamentável fato ali recentemente ocorrido.

Uma funcionária, mãe de família, foi procurada, pelo telefone, por seu marido, ansioso em comunicar-lhe que um filho do casal, vítima de mal súbito, tivera de ser urgentemente hospitalizado. O Sr. Cláudio Miguel Diniz, arvorando-se em senhor onipotente, qual Júpiter tonitroante, a expedir raios em todas as direções, impediu que a funcionária falasse com o marido. Ela só veio a saber do internamento do filho ao chegar em casa, após o expediente na repartição, quando a sua presença no hospital havia se tornado absolutamente necessária.

Com base em informações que nos chegam, o regime de espionagem, de coação e de terror existe igualmente em muitas

outras repartições públicas do Estado, por determinação do Palácio Iguaçu. O Sr. Ney Braga, temeroso da reação popular nas urnas democráticas de 1982, está vendo fantasmas ao meio-dia. Por isso, quer saber o que falam, o que fazem e o que pensam os servidores públicos do Estado, como se qualquer deles lhe devesse satisfações.

O prejuízo é evidente para o serviço público em geral. Os servidores se sentem desestimulados e arredios. Em consequência, não dão tudo de si em favor dos supremos interesses da comunidade, pelo medo de má interpretação e pelo medo de repreensões extemporâneas dos superiores hierárquicos.

Fazemos um apelo à direção mais alta da COPEL no sentido de modificar os métodos de ação do Sr. Cláudio Miguel Diniz, na direção do Departamento de Digitação daquela autarquia, sob pena de acontecer um mal maior. É preciso que dito chefe se lembre que cada funcionário é um ser humano, merecedor de respeito, e não um escravo, rebaixado à condição de trapo, de coisa inútil. Os dirigentes da COPEL devem saber que a dignidade humana paira sobre tudo, e que, somente num clima de compreensão, é que os servidores se desenvolvem com eficiência e com rapidez.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Todos nós recebemos cópia de memorial e aos quais eu já me referi, em sessão anterior, assinado pelas Federações de Trabalhadores Paranaenses, instando as lideranças políticas a apoiar a mobilização nacional que ora se insurge contra o aumento das contribuições previdenciárias e acautela contra tentativas de alterar o sistema de aposentadoria por tempo de serviço.

Ouvida a Bancada do PDS nesta Casa, foi unânime a decisão dos Senhores Deputados em reconhecer integral justiça nos reclamos das federações de trabalhadores, considerando não só os argumentos do memorial mas outras muitas e graves razões que tipificam a majoração pura e simples das contribuições previdenciárias como solução simplista e, a longo prazo, ineficaz.

Em nosso entendimento pessoal, o aumento da arrecadação da Previdência, sem saneamento de uma estrutura onde se constatarem freqüentes casos de sonegação, desvios e corrupção, significa o mesmo que tentar encher uma tina furada, sem antes tampar o buraco.

Por mais dinheiro que se carreie, os rombos provocados pela administração incorreta e vulnerável do sistema previdenciário jamais permitirão uma contabilidade estável ou sequer viável.

Esvalda novamente, que fará a Previdência? Aumentará de novo as alíquotas das contribuições? Ou alterará o regime de aposentadorias por tempo de serviço, como arrazoadamente temem os trabalhadores paranaenses?

Frisa muito bem o memorial das federações que o Congresso Nacional repeliu as modificações, vindo elas a ser decretadas através do Executivo, o que, realmente, caracteriza um desprestígio ao Poder Legislativo, exatamente num momento em que se pretende a valorização da representação popular e buscam-se caminhos para melhor mecânica na adoção de decisões políticas.

O Congresso rejeitou? Decrete-se.

Não se coaduna esse simplismo com a visão ideal que temos de harmonia entre Poderes.

Atendendo, portanto, ao oportuno apelo das federações de trabalhadores paranaenses, requeremos à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Coordenador da Bancada do Paraná junto ao Congresso Nacional, cientificando-o destas ponderações, e manifestando a opinião dos Deputados Estaduais

do PDS, unânime em recomendar a revogação do Decreto-Lei 1910/81 e a exigência perante o Executivo de reformas profundas na administração da Previdência, visando não o aumento de arrecadação mas maior eficiência com menor desembolso”.

Esse é o teor do nosso requerimento, Sr. Presidente, que encaminhamos à Mesa.

E vamos encaminhar outro requerimento solicitando a inserção nos Anais da Casa, de um voto de louvor. E nós queremos antes justificar, porque somos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, avessos a manifestações desta natureza, porque, nós sempre entendemos que o homem público quando aceita um cargo, deverá aceitá-lo apenas como um encargo e não para que ele se projete pessoalmente, ou que dê vazão aos seus sentimentos pessoais.

Por essas razões é que nós somos contra a manifestações desta natureza.

Entretanto, não posso me furtar em encaminhar este requerimento solicitando um voto de louvor ao Dr. Kit Abdala, que é o novo Superintendente do IPE.

Porque há muitos e muitos anos, é até projeto de lei neste sentido, de nossa autoria, esta Casa já aprovou. Há muitos e muitos anos nós vimos nos batendo para que o Instituto de Previdência do Estado não cobre mais aqueles trinta por cento que cobrava dos exames executados pelos laboratórios daquele instituto, aos seus assegurados, aos seus associados.

Porque nós achamos que...(INAUDÍVEL POR DESLIGAMENTO DE MICROFONE POR AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE).

Encaminhamos à mesa o requerimento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). “A Bancada do PMDB nesta Assembléia Legislativa escolheu ontem seu novo Líder, Deputado Trajano Bastos, que nos substituirá nas funções que desempenhamos até aqui.

Sinto-me, Senhores, sinceramente honrado por ser sucedido por tão ilustre companheiro que marcou a sua vida parlamentar pela firmeza de posições e pela dedicação às causas de nosso povo. Passará a representar, com a altivez e a serenidade que o caracterizam, nossa bancada, durante um período de grandes desafios para a causa democrática e popular.

Ter sido Líder desta bancada representou a atribuição mais importante que recebi até hoje, além da delegação popular. Uma responsabilidade que cresceu na medida da qualidade da representação, da qualidade dos representados. Especialmente num ano em que se aprofundaram todas as contradições que caracterizam a crise econômica, social e política em nosso País. E que exigiu dos democratas o máximo de empenho e combatividade.

Este foi o ano, Senhores, em que a crise econômica se ampliou e levou o regime a adotar novos remédios que procuram jogar nas costas dos trabalhadores o ônus de uma política inaugurada em 1964 e que conduziu esta Nação ao caos. O que vimos foi a superprodução, especialmente da indústria, contrastando com o rebaixamento progressivo da capacidade aquisitiva do povo. Um plano recessivo foi colocado em prática, agravando os índices de desemprego e destruindo forças produtivas. Hoje, os brasileiros não têm sequer segurança em relação ao seu direito ao trabalho. Os últimos dados do IBGE,

contrariando declarações otimistas do governo, apontam o crescimento do número de desocupados nas principais regiões metropolitanas. Serviu esta situação para a continuidade da política de redução dos salários. Ao mesmo tempo, subiu a níveis insuportáveis o custo de vida, marcando o empobrecimento da ampla maioria da população. Uma crise monetária sem precedentes em nossa história e que se reflete nos altos índices inflacionários e na elevação constante do custo do dinheiro. Os banqueiros são os únicos beneficiários, como assinalam os próprios empresários.

Foi um ano, Senhores, em que esta crise acelerou o processo de dependência e submissão do País aos interesses estrangeiros. Todos sabemos que hoje o Brasil vive para pagar suas dívidas. Só no ano passado pagamos, de juros e serviços 16 bilhões de dólares. E continuamos a renegociar compromissos, agora de chapéu na mão, mendigando novos investimentos. Situação como esta não poderia aguçar menos a voracidade do capital monopolista estrangeiro. É o regime não se peja em entregar o que nos resta de riquezas naturais, o que nos resta das reservas deste País e que poderiam se constituir na base para a consolidação de uma Nação próspera e feliz. Carajás, uma montanha de minérios, foi oferecida a preços aviltantes nas tournées de nosso Ministro do Planejamento pelo mundo. O projeto Jica representa uma das mais graves iniciativas do entreguismo. Exemplos não nos faltam desta atitude insana do ponto de vista dos interesses nacionais.

Preservou-se, portanto, a mesma perspectiva que sempre conduziu o regime. Entregar o País às multinacionais, com grandes prejuízos ao nosso povo.

É evidente, Senhores, que esta política não se aplicaria sem contestação. E aí está o movimento democrático e popular a exigir mudanças. Porque é inaceitável para nosso povo se constituir mais uma vez na principal vítima desta crise. Por isso não aceita a vergonhosa elevação da contribuição previdenciária. Por isso recusa as soluções apresentadas pelo regime para a questão do desemprego. Por isso rejeita o governo que engendra esta política antipopular, antinacional e antidemocrática.

Diante da evidência de desejo de mudanças, retoma o regime suas práticas no sentido da permanência no poder. Neste ano vimos, de um lado, a utilização do terrorismo procurando impedir a continuidade do processo de democratização do País, processo que culminou com o episódio vergonhoso do Rio-Centro. De outro lado, se utiliza o governo dos casuísmos mais absurdos no esforço para fabricar regras que lhe sejam vantajosas. Iniciativas que geram a instabilidade e marca o retrocesso político e desmarcaram as pretensas disposições democráticas do regime que na verdade caracterizam uma nova forma de agir do governo com a mesma perspectiva de se perpetuar no poder, no momento em que as forças sociais exigem a sua substituição.

No Paraná, este processo de crise se refletiu amplamente em todos os setores, marcando a vida das massas trabalhadoras. Milhares e milhares de paranaenses continuaram a sofrer o processo de sua expulsão do campo, emigrando para outros Estados ou para a periferia das grandes cidades e das grandes obras. Estão aí submetidas à precariedade em tudo que diz respeito às suas vidas. Lutando para conquistar melhores dias e nessa luta enfrentando, no mais das vezes, a repressão.

Em nosso Estado também vivemos, no último ano, fatos marcantes do ponto de vista das manifestações populares. A greve dos professores e a desmoralização do governo, os contínuos levantes de camponeses, a resistência do movimento estudantil. As jornadas democráticas em defesa de amplas liber-

dades políticas.

Foi nestes contexto, Senhores, que exerci o papel de liderança. Procuramos responder à altura a todos os desafios, intervindo no curso da vida política em defesa dos princípios e das bandeiras de nosso partido. Com este sentido organizamos o Simpósio sobre Desemprego. Estivemos presentes e nos manifestamos, enquanto a bancada, em todos os momentos importantes da luta do povo paranaense. Touxemos a esta tribuna todas as denúncias que emanam da vontade popular de modificar o quadro atual. Muitas vezes fomos acusados de radical, porque também pautamos nossa atuação pela não aceitação de qualquer proposta de conciliação com o regime e mantemos esta atitude, porque compreendemos que dentro do atual quadro político brasileiro não há soluções satisfatórias para o povo.

Outras vezes nos advertiram sobre nossa disposição de intervir em todos os momentos da luta política, em todas as frentes desta batalha contra o regime. Isso decorre de nossa compreensão de que o momento exige o desdobramento de esforços, em todas as oportunidades, em todos os lugares, em todas as lutas, para fazer avançar as conquistas democráticas que nos levarão à conquista de uma nova etapa de liberdade e progresso para os brasileiros.

Mantenho minha disposição de lutar sem conciliar e o fiz neste período respaldado numa bancada combativa onde predomina o espírito de luta.

Passo o encargo ao Deputado Trajano Bastos e ele assume esta responsabilidade no momento em que se avizinha uma grande batalha eleitoral, para a qual o governo se prepara não com a disposição de conquistar a confiança do povo, irremediavelmente perdida. Mas através da imposição de regras e leis casuísticas, da distribuição de benesses e favores, do uso da máquina, do aparelho de Estado para tentar uma vitória que todos sabem, em nosso Estado, é extremamente difícil para quem está no Poder.

Nossa bancada e nosso partido está coeso. Recebe agora os parlamentares do antigo Partido Popular e que identificados na mesma perspectiva democrática, respondem ao casuismo com a formação do mesmo partido, na mesma trincheira, contra o inimigo comum que para se manter no poder tenta esbulhar direitos e princípios democráticos.

Tenho certeza de que meu sucessor, com o apoio irrestrito de nossa bancada e refletindo a disposição de todo o partido saberá cumprir com o seu papel. Para isso, basta que coloque a serviço de nossa política suas qualidades e sua experiência pessoal."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A crise política, oriunda da crise econômica, que afeta ao País, ainda atinge, diretamente, com maior violência, a classe dos trabalhadores do campo.

Se não bastasse a violência de Itaipu, encontramos, na agricultura brasileira, e principalmente aqui no Paraná, a partir dos últimos anos, um dos maiores problemas. E, diga-se de passagem, que é a agricultura que dá sustento ao País, que a agricultura é o único setor econômico que possibilita este Governo a pagar a sua vergonhosa dívida externa.

E, durante o último recesso parlamentar, acompanhamos

de perto o clamor dos trabalhadores rurais, responsáveis pela produção de alimento. E de todos os absurdos da política agrícola, encontramos a atual situação dos produtores de leite. Ao mesmo tempo em que vemos, no dia-a-dia, do trabalhador da cidade, grassar a subnutrição, subnutrição esta que está a ceifar a vida de milhares de crianças, colocando o País, quanto ao índice de mortalidade infantil, numa situação vergonhosa, numa das piores da América Latina, enquanto isso acontece, os pecuaristas, desanimados, querem parar a produção do leite, por causa da exploração que existe nesse setor, pois estão sendo submetidos, pelo setor intermediário, a uma exploração das mais vergonhosas.

O trabalhador da cidade, o operário, deixa de consumir, devido ao alto custo, esse produto.

Existem, dizem os técnicos, uma superprodução, ao mesmo tempo em que se verifica uma grande queda no consumo do produto.

Alega-se essa superprodução do leite, como se o leite fosse um produto qualquer, substituível por qualquer alimento, de difícil mercado e de fácil substituição por um produto similar.

No entanto, sabe-se que, em todo o reino animal, até o mais imbecil mamífero sabe que o leite, que mama em suas primeiras horas de vida, é vital para sua subsistência. E a única substituição almejada pelos "testas-de-ferro" das multinacionais, esses mesmos "testas-de-ferro" que governam nosso País, é a importação do leite em pó para beneficiar as multinacionais. E, na alegação de uma superprodução, sem pensar nas reais necessidades da alimentação do mundo infanto-juvenil, é que começam a criar os mais diversos tipos de leite, não interessados em que tenham vindo da mesma fonte; de repente, por ironia, a cava passa a fornecer leite-cota em vazado, leite-cota industrial, leite excesso, e não sei quantos mais leite-cotas inventados por este regime, para espoliar a classe trabalhadora, aquela que coloca na mesa, seja do rico ou do pobre, o produto precioso que é o leite. E, cada uma dessas cotas, com preços diferenciados e que nem sempre se aproximam da real necessidade do custo de produção, trazendo, assim, prejuízos, desanimando o produtor para que abandone esta importante tarefa, a tarefa de criar o gado, de produzir o leite, para garantir o futuro das nossas crianças, dos nossos filhos, da nossa juventude, para garantir uma mentalidade sadia. Essa classificação, só se dá, na compra direta do pecuarista, enquanto que o operário, o explorado, o oprimido na cidade, aquele que deveria consumir o leite, só vê uma classe desse produto, que é o leite tipo cota d'água. O produtor, o pecuarista, além de não poder estabelecer o preço do seu produto, vê-se na contingência de aceitar, forçosamente, as diferentes classificações impostas pelas empresas se não multinacionais, pelo menos mancomunadas com o capital multinacional, sob pena de não encontrar mercado para comprar o seu produto, produto este que ele produz com carinho e dedicação. E somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à guisa de exemplo de uma classificação inédita, citamos aqui o que nos foi documentado - a classificação feita na venda do leite de um produtor, de um agropecuarista de Marechal Cândido Rondon, de nome Hildo Schnneider, que, no mês de dezembro de 1981 vendeu 566 litros de leite que foram classificados em 4 tipos diferentes, para 4 preços diferentes, sendo que a última classificação, a mais aberrante de todas, recebeu o valor insignificante de 5 cruzeiros e 40 centavos por litro. Esta é uma verdadeira aberração, esta é uma medida de um Governo que quer ver o seu povo passar fome, que não está interessado, que não há demonstrado, em nenhum momento, de que se interessa pela situação, pela vida social do seu País, está interessado apenas,

em carrear lucros para as multinacionais, e, assim, enriquecer os seus depósitos na Suíça! Como se não bastasse o abuso do Centro de Beneficiamento, o Confisco também dá a sua participação para o desestímulo da produção, cobrando, 2,5 por cento recolhidos pelo FUNRURAL, e, quando esse mesmo produtor precisa do médico, não encontra atendimento para esse fim, encontra, sempre, um hospital de portas fechadas, alegando de que a quota do dia já está ultrapassada, ele tem que, forçosamente, adoecer somente no dia certo em que o FUNRURAL, o Hospital do FUNRURAL lhe dê a sua quota; enquanto que o Hospital do FUNRURAL de Altônia não recebe o convênio do INAMPS para as quotas do FUNRURAL para atendimento médico, e trata-se de um hospital construído às custas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esta é a verdadeira falsidade Social, e, de cada litro de leite que o produtor produz, 1,5 por cento, não interessando se deu lucro ou não deu lucro, vão, são carregados para os cofres daqueles que só sabem produzir rombos nesses cofres!

Sr. Presidente, apesar dos 2,5 por cento de FUNRURAL, cobra-se ainda 3 por cento de capital de giro, uma taxa recolhida pela Cooperativa. Agora imaginem os Senhores, se já dizíamos que a atual tabela do leite, a nível de produtor, não cobre as custas de produção, muito menos haverá de cobrir a porcentagem arrecadada pelo FUNRURAL e muito menos pela Cooperativa que comercializa esse leite com fraude.

Ora, o leite é, como já disse no início, um alimento sagrado nas mais diferentes civilizações da humanidade e até hoje não mereceu por parte desse Governo lesa pátria brasileiro, a isenção tributária. Mesmo que mínima, mas já seria significativa para, pelo menos, garantir ao produtor, a possibilidade de retirar do seu serviço, que significa de madrugadas, que significa o anoitecer tratando do seu gado, para colocar na mesa do trabalhador, do povo brasileiro, o leite que em cada centavo poupado, vê seu custo de produção baixar, e assim, refazer-se do trabalho.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Kirinus, eu tenho visto, não só na reabertura dos trabalhos desta Assembléia, mas durante esses anos todos que aqui estivemos, três anos com Vossa Excelência, e cerca de 7 anos com outros companheiros que voltaram a representar o povo do Paraná na minha permanência aqui na Assembléia, eu tenho visto, repito, pronunciamentos como o que Vossa Excelência faz, com uma ênfase e com uma vontade de acertar como eu nunca vi e ouvi algumas considerações de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência, num determinado trecho do seu pronunciamento, falou de Governo lesa-pátria e o que mais me entristece Deputado, é de que do outro lado do plenário, ninguém está ligando nada para isso.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Estão mancomunados.

O Sr. Adalberto Daros — Então eu me entristeço ao ver que esta Assembléia, Deputado, parece que existe apenas alguns que se preocupam com as colocações quer sejam do Governo do Estado, a contestá-las aqui, com colocações que Vossa Excelência faz hoje, que é um problema nacional, não só local, mas nacional, mas ao que tudo indica, são algumas mil obras de um famoso Secretário criado de cima para baixo que se diz candidato ao Governo desse Estado.

Por isso eu quero me parabenizar com Vossa Excelência, e dizer que mesmo assim, continuaremos atentos, escutando

Vossa Excelência, sem que a outra parte se aperceba do que está acontecendo aqui.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço muito o seu aparte, e muito bem Vossa Excelência nos chamou a atenção, mas na verdade, nobre Deputado, já estamos acostumados, que nessa Casa não chega bem a metade dos Deputados que se interessam realmente pelos problemas brasileiros. A outra parte, amancebrou-se com o Governo.

No entanto, continuamos o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso Governo gasta somas extraordinárias em superfluos. Poderíamos citar os projetos de usinas nucleares, poderíamos citar tantos outros projetos onde os cofres públicos sangram, a dar dó, a fazer pena.

No entanto, ao mesmo tempo, o investimento nos setores de abastecimento, no setor de garantir na mesa do brasileiro, o alimento sagrado, o alimento que lhe dá garantias de vida. Nós vemos recursos se não ausentes, muito parcos.

Mas é que este Governo e se me refiro ao Governo Federal, não está isento o Governo Estadual que é nomeado por aqui. É da mesma panela, é farinha do mesmo saco e que nada muda. Este Governo Estadual e Federal, está interessado e isto parece claro cada dia que passa, num povo realmente subnutrido e, como tal, demente e, conseqüentemente, dócil à exploração exercida pelos que vêm de fora.

Hoje o povo brasileiro, segundo estatísticas, está consumindo, muito mais bebida alcoólica, "per capita" que elite. Numa clara demonstração de que o Governo que assiste de braços cruzados a isso, quer ver um povo embriagado, alienado de sua realidade social, política e econômica, porque assim conseguirá exercer a dominação do estrangeiro com muito mais facilidade.

Mas, em relação ao leite, Sr. Presidente, os produtores gaúchos, já demonstraram na prática a sua posição, ao cancelamento por um dia em todo o Estado gaúcho a entrega de leite, como forma de processo e de exigir um posicionamento das autoridades da esfera estadual e federal. A reivindicação, ou na reivindicação desses produtores gaúchos, eles - agropecuaristas - humildes trabalhadores do campo, mostram ao Governo qual é a solução. E sabe que o Governo tem condições de tomar essas medidas e a ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o estabelecimento de um preço único, sem classificação, de 40 cruzeiros por litro. Eliminando assim, as diversas classes e tipos de leite que só vêm favorecer aos centros de processamento e jamais ao consumidor ou ao produtor.

Existe, disse eles, a necessidade, do nosso Governo Federal, estabelecer uma política nacional de leite.

Pois só assim, haverão de acabar as contradições existentes entre produtor e consumidor. Talvez, pouca gente saiba da existência de um Conselho Nacional do Leite, mas por certo todos sabem que este órgão jamais deu demonstração de estar funcionando, onde está trabalhando para a causa do leite no Brasil.

Mas nós sabemos e conhecemos muito bem, que existe um Conselho Nacional de Segurança e esse nós sentimos na carne todo dia que ele funciona, mas o Conselho Nacional do Leite, não funciona. Porque esse interessa ao povo e o outro interessa ao regime que aí está. Estão com razão, portanto, Sr. Presidente, os pecuaristas leiteiros gaúchos quando reivindicam o subsídio para o consumidor.

A proibição da comercialização de leite de soja para o consumo humano que é interesse das multinacionais, porque são

elas que dominam o processamento do soja em forma de manteiga, de leite ou seja em forma de torta de soja. Proibir a comercialização, é o que querem os gaúchos, para garantir o leite saudável, o leite natural que é recomendado pelo mais desinformado médico que possa existir.

A suspensão da importação de leite em pó e outros derivados, bem como o pagamento do produto no caso de 15 dias após o mês de entrega. Porque, sabe-se hoje, que as empresas de laticínio levam de 90 a mais dias para pagar o leite, enquanto estão circulando com este dinheiro que é ganhado às custas do produtor nos juros obtidos em "open Market". Pois só com medidas enérgicas de Governo popular comprometido com seu povo, não deste que está aí, ... se aqui estamos apontando as soluções, não porque esperamos que este Governo tenha condições de impô-las, ou de tomar estas medidas, - porque este está declaradamente comprometido com as multinacionais, mas estamos aqui mostrando, aos Srs. Deputados, Sr. Presidente, que soluções existem. Medidas podem ser tomadas. Se não as são, é porque realmente comprova, mais uma vez, que este Governo está mancomunado com o capital, com interesses de fora.

Só com medidas enérgicas como estas, sugeridas pelos agropecuaristas do Rio Grande do Sul, é que se chegará a atender tanto ao consumidor, ao operário da cidade, ao trabalhador da cidade, como também ao produtor, ao trabalhador rural.

Os aumentos que se verificam em abril e junho, conforme promessas da Secretaria de Abastecimento e Preços, vem atender apenas em parte a problemática leiteira de nosso País.

É necessário, volto a repetir, o estabelecimento de uma política de leite a nível nacional, porque o problema da fome invadiu a Nação toda. E o leite é uma das grandes soluções para este problema.

Esta política nacional, especificamente, deve incentivar a produção e produtividade, pois só assim haverá uma saída para o problema dos custos, tanto a nível de consumidor, como de produtor.

O Governo a continuar omisso na questão leiteira, está fomentando criminosamente a subnutrição, a miséria, a fome de nosso povo. As medidas a serem tomadas para o encaminhamento de uma solução estão aí, apontadas por simples agropecuaristas. Os produtores do Paraná, vítimas da mesma exploração, somam-se hoje aos protestos dos gaúchos. O Governo que tome as medidas cabíveis, pois não se pode entender de abundância, super produção e miséria, a subnutrição, coabitem numa mesma casa, sem atribuir ao chefe desta Casa, ao Governo do Estado e do País, incompetência, ignorância ou, pior de tudo isto, uma criminoso má fé em atender a realidade nacional e a realidade de nosso povo.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Assentimento). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, quero deixar registrado os meus agradecimentos pelas palavras bondosas do ilustre Deputado Nilton Friedrich que tão condignamente batalhou na Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, neste ano que passou.

Agradeço as referências elogiosas feitas por Vossa Excelência e tenho certeza de que elas são frutos da grande amizade que nos une. E quero reafirmar aqui a Vossa Excelência e aos demais companheiros, a minha disposição, embora possam me

faltar qualidade, para continuar, agora como líder da minha bancada, o trabalho, a luta que Vossa Excelência desenvolveu como Líder do nosso partido.

Sr. Presidente, ontem, esta Liderança recebeu a visita de vários Prefeitos da Oposição. E na oportunidade, nos foi dito e denunciado por aqueles Prefeitos, que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, através da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, vem discriminando as prefeituras de Oposição neste Estado, no que diz respeito ao pagamento das verbas oriundas do programa Pró-safra, como também de verbas destinadas pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, até há pouco tempo ocupada pelo Sr. Saul Raiz.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, manifestar, desta tribuna, em nome do meu partido e da minha bancada, o mais firme protesto contra esta discriminação injustificada, porque não se pode, não se deve dar um tratamento diferenciado para esta ou para aquela prefeitura, pelo simples fato de pertencer à Oposição ou às hostes governistas.

E ainda mais, Sr. Presidente, a minha estranheza pelo fato dos Srs. Secretários titulares, da Secretaria dos Transportes e do atual ocupante da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, não terem recebido a Comissão de Prefeitos que veio a esta Capital ontem para receber, diretamente dos Srs. Secretários, uma explicação do por quê que as Prefeituras de oposição não vêm recebendo estes recursos que são oriundos de repasses de verba federal.

Os Prefeitos da Oposição procuraram a Associação dos Municípios do Estado do Paraná e através do seu Presidente, marcaram encontro e audiência com esses Secretários citados, e, não foi maior a surpresa destes Prefeitos, em comissão, quando chegaram a esta Secretaria, os Secretários não os receberam e mandando o seu chefe de gabinete apresentar desculpas esfarrapadas e deixaram por várias horas, a Comissão de Prefeitos à espera de uma solução.

Há dias atrás, Sr. Presidente, quando ocupávamos a tribuna, o Deputado Fiori Luiz, de Londrina, já fazia a denúncia no mesmo sentido, sobre uma reunião promovida pelos ex-Secretário Saul Raiz, na Cidade de Londrina, onde somente os Prefeitos do PDS receberam os recursos a que me referi. E hoje, fica aqui o nosso protesto, por este tratamento discriminado dado aos Prefeitos da Oposição no Estado do Paraná. E neste sentido, Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa, para apreciação deste Plenário, um requerimento de informações, dirigido a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, que vai vazado nos seguintes termos: (Lê).

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

- 1) Qual o montante devido aos municípios do Paraná, referente a verba do Programa PRÓ-SAFRA;
- 2) Quais os municípios que não receberam a referida verba;
- 3) Em caso afirmativo, quais as razões que motivam esse atraso.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1982."

Com respeito a este pedido de informações, Sr. Presidente, o qual fica à disposição deste douto Plenário, faço da tribuna um apelo para que os ilustres componentes da Bancada Majoritária nesta Casa, dêem acolhida ao mesmo, para que esta Assembléia receba as informações necessárias, com respeito a esta denúncia feita pelos prefeitos da Oposição no Estado do Paraná,

denúncia esta que está estampada nos principais órgãos da imprensa nacional e da imprensa do Estado do Paraná.

Além desse objetivo, oferecemos a oportunidade a estas Secretarias para que esclareçam esta denúncia, que se confirmada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vem confirmar várias outras denúncias de diversos Parlamentares oposicionistas desta Casa, aliás, também, como conceito e pensamento deste Deputado, que o objetivo principal da criação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Paraná, tem o objetivo puramente eleitoreiro e não vem cumprindo os objetivos alegados e justificados na sua criação.

Fica pois este apelo aos Srs. Deputados, para que o Governo esclareça a esta Casa e ao povo do Paraná, quais as razões que levam este Governo, através das Secretarias citadas, a discriminar injustamente as Prefeituras no Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, primeiramente, me congratular com o Deputado Trajano Bastos, pela sua indicação, neste ano muito difícil, para esta Assembléia e muito difícil para os políticos deste Estado, a Liderança do PMDB.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tinha a intenção de, no dia de hoje, usar da tribuna, porém, noticiário do jornal "Gazeta do Povo" de hoje, repete uma nota colocada estampada nos jornais de circulação nacional, bem como no jornal "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", no dia de ontem, a "Gazeta do Povo" de hoje copiou a notícia veiculada ontem, de uma infelicidade tremenda, de um amigo meu e como Presidente do Partido do PTB neste Estado, e em reunião com os companheiros deste pequeno Partido, vimos à tribuna hoje para ler uma nota oficial publicada hoje nos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná".

A impressão que se tem é que se pretende prejudicar. Mas, durante estes últimos dois anos, em que com diversos amigos e companheiros abraçamos a causa do PTB, não é de estranhar, e muito menos de lamentar que aconteça o que aconteceu hoje.

Já fomos chamados. Já fomos, e fomos mesmo, chamados de partido auxiliar do Governo. Já fomos chamados de Partido do Golbery. Já fomos enxotados. Já fomos pisoteados, no sentido exato da palavra.

Em função de tudo isso, em função de alguns companheiros que realmente acreditam num trabalho que não foi fácil, é que, infelizmente, tenho que ler da tribuna desta Assembléia, uma nota oficial que já foi publicada hoje para que se coloque de uma vez por todas de que a nossa posição é exatamente o contrário daquela colocada, infelizmente, por um Deputado do meu Partido.

A nota está redigida, para que conste dos Anais desta Assembléia, da seguinte forma:

"Nota Oficial do PTB do Paraná:

Em virtude de declarações extemporâneas do Deputado Federal Hamilton Vilela Magalhães, sem prévia consulta à direção responsável do Partido, segundo as quais o PTB cogitaria a sua auto-dissolução, em protesto aos reiterados casuísmos do Governo Federal, a Comissão Executiva Regional vem, de público, para contestar com veemência, referidas declarações.

O PTB tem sofrido no decurso de tantos anos, conseguiu emergir da noite tenebrosa da ditadura policialesca, tendo sobre-existido, mesmo após o ato de violência de extinção de seu registro, em 65, retornou com toda força, porque sempre esteve

e continuará estando no coração do povo, sobretudo no das classes trabalhadoras.

Não será pela circunstância de atitudes e atos de uma minoria usurpadora do poder que nele pretende perpetuar-se para usufruto de privilégios imorais que o PTB vai deixar de resistir e vai deixar de lutar em favor da redemocratização do País.

Inspirado nos ideais do Presidente Vargas, o PTB é eterno, porque representa na verdade a vontade soberana do povo brasileiro. Se os atos de violência não conseguiram destruí-lo, os trabalhistas é que não irão se auto-destruir. Não têm vocação suicida e jamais trairão o povo.

O PTB está preparado para disputar, nas próximas eleições, com candidatos próprios, todos os postos eletivos, e é assim que entendemos nós, que se exercita a democracia".

Esta nota, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está assinada por mim, Deputado Adalberto Daros, Presidente; pelo Secretário Mathias Júnior, pelo ex-Deputado Silvino Lopes, pelo Dr. Afonso Antoniuk, Tesoureiro, e demais companheiros, Roberto Saaz, Neil Hamilton, Waldemiro Maçanero, Flamarion Moreira, Segundo Vice-Presidente, para que se conste dos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente da bancada do PMDB nesta Casa, comunicando a escolha do novo Líder da Bancada, o Sr. Deputado Trajano Bastos, até aqui desempenhadas pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich. - Ao Departamento Legislativo para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei nº 90/81, aprovado por maioria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — Aprovado.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

18 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 11, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 85/81.

Levanta-se a Sessão.